



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
Propriedade Imaterial e Aspectos Contemporâneos da Propriedade Industrial

DATA E HORÁRIO	De 22 de novembro a 15 de dezembro de 2021 Aulas síncronas: 26/11, 29/11, 03/12, 06/12 e 10/12 das 9:30hs às 11hs		
TIPO DE ATIVIDADE (Res. 11/2020 ENFAM)	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Ambiente Moodle. Acesso em https://virtual.emerj.com.br/		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	<ul style="list-style-type: none">▪ Introdução. Propriedade intelectual na Constituição conceitos básicos da lei de direito autoral e principais contratos.▪ Direito autoral no mercado editorial. contrato de edição, ebooks, áudio books, acessibilidade, biografias, Domínio público.▪ Direito autoral nas artes visuais I. Atividade do artista, formas tradicionais de artes visuais, novas formas de obras artísticas e sua proteção, arte urbana. Direito de sequência.▪ Direito autoral nas artes visuais II. Museus, galerias, agentes, autenticidade obras, perícia▪ Direito autoral na Área de música. Contratos tradicionais. Streaming. Arrecadação. Contratos artistas e intérpretes. execução pública, ECAD. Domínio público.▪ Direito autoral na Área de audiovisual. Contratos de produção e exibição. Adaptações. Direito de artistas. Dublagem exclusividade.▪ Questões de propriedade industrial e nome comercial▪ NFT e videogames. Metaverso. Questões comerciais e de direito do consumidor		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Civil; Temas em Legislações Especiais; Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Tecnologia, IA e Redes Sociais; Democracia 4.0; Temas em Ciências Sociais e Políticas; Democracia; Posicionamento Político;		

JUSTIFICATIVA

O século XXI se caracteriza, no âmbito da tecnologia, artes e comportamento social, pela migração dos hábitos e práticas ligadas a objetos físicos para o chamado mundo imaterial. As correspondências físicas são substituídas pelo correio eletrônico; os livros em papel pelos ebooks e audiobooks, o hábito de ir ao cinema pelo streaming e acesso a obras audiovisuais em qualquer tempo e lugar, captados na “nuvem”, prioritariamente pelo sistema de streaming, como Spotify e You Tube. Fotografias são arquivos digitais; o conceito de “obra original” em suporte físico vai tendo a sua importância reduzida ao passo em que a reprodutibilidade de trabalhos imateriais se faz de forma perfeita.

Plataformas digitais e O conceito de compartilhamento mudam a figura da “ida ao cinema”, já que os catálogos estão disponíveis on line, acessíveis a um toque de tela. O Teatro já cogita de simultaneidade com transmissão de parte das peças em holograma. A casa é o “home theater”.

No direito, cresce a informalidade e a flexibilidade de hábitos sociais. Contratos eletrônicos são celebrados com um toque na tela de um aparelho ou a concordância verbal expressada diante de um terminal eletrônico ou telefone.

A tecnologia de portabilidade e a mobilidade permitem processos judiciais eletrônicos e julgamentos a distância, com as informações armazenadas em bancos de dados. O balcão e o gabinete virtual são uma realidade no Judiciário fluminense.

Novas tecnologias alteram os conceitos legais; os ebooks eliminam o “estoque” e “encalhe” nos contratos de edição de livros eletrônicos.

No mundo das artes os meios digitais se mostram presentes em esculturas por hologramas, obras efêmeras, NFTs, obras sem suporte físico, apenas imaterial.

No âmbito dos transportes e moradia, o compartilhamento de veículos e de imóveis, através do Uber e AirBNB evidenciam o que os americanos chamam de rentership society como possível sucessora da ownership Society.

Mesmo no aspecto físico novos estilos, materiais e formas surgem; arquitetura urbana, grafite, murais e obras efêmeras (escultura em gelo, areia, fogos de artifício, performances).

Em paralelo, o direito autoral de há muito deixou de ser um ramo abrangente do direito – ao contrário, seu alcance se limitou - e a prática criou subdivisões nítidas e consistentes, como direito das artes, do audiovisual, do entretenimento, de imagem, folclore, moda, etc.

A propriedade intelectual se expandiu e a ela se agregam todos os fatores dos demais ramos de direito. A sucessão dos artistas, as questões relativas a celebração de contratos por menores, as obras de arte como objeto de garantia, o seguro e transporte as obras, o direito do entretenimento com festivais música (Rock in RIO), balés, os influenciadores digitais, e o fenômeno das redes sociais.

Os videogames trazem o conceito de metaverso, uma nova realidade existente em universos artificiais criados tecnologicamente onde existe uma vida paralela. O conceito de avatar, oriundo da encarnação do Deus Vishnu, se tornou corriqueiro e o consumo virtual em games é uma realidade que envolve direitos (ainda não definidos) e cifras astronômicas.

A relevância e atualidade do tema estão presentes nos itens acima, e justificam maior atenção e preparo do Judiciário para apreciar as questões possivelmente derivadas, sempre levando em conta as singularidades do país.

OBJETIVO GERAL	<p>Tendo em vista a problemática a apresentada, a formação proposta tem por objetivo geral capacitar os magistrados a processar e julgar os casos decorrentes das questões envolvidas com a Propriedade Industrial a partir da identificação dos conceitos atuais de propriedade intelectual, bem como sua evolução em decorrência das novas mudanças tecnológicas e comportamentais. Para tal serão analisadas as novas tendências brasileiras e internacionais e analisados casos concretos, julgados e doutrina a respeito.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)	<p>Ao final do módulo 1 o magistrado estará apto a analisar a Propriedade intelectual na Constituição e aplicar os conceitos básicos da lei de direito autoral nos principais contratos da área do mercado editorial e das artes visuais; identificar os principais tipos de contratos das áreas de música e audiovisual, assim como as questões envolvendo as questões de propriedade industrial e nome comercial, aplicando-as ao caso concreto.</p> <p>Ao final do módulo 2 o magistrado estará apto a instruir e decidir processos a partir da legislação aos casos envolvendo o NFT e videogames, Metaverso e as questões comerciais e de direito do consumidor decorrentes de seu uso.</p>
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO E TUTORIA	<p>Coordenação: Cristina Tereza Gaulia Doutora em Direito pela Universidade Veiga de Almeida. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá UNESA/RJ. Especialista em Gestão Judiciária. Desembargadora do TJRJ. Diretora Geral da EMERJ. Presidente do Fórum Permanente de Direito Constitucional, Administrativo e de Políticas Públicas da EMERJ. Formação de Formadores e tutores pela ENFAM. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/3708835098562132</p> <p>Gustavo Martins de Almeida Mestre e Doutor em Direito, Membro da Comissão de Direito Autoral OAB-RJ e Federal, Comissão Direito Digital IAB, Conselheiro MAMRIO, advogado Sindicato Nacional dos Editores de livros. http://lattes.cnpq.br/6859219720586330</p> <p>Tutor: Eric Scapim Cunha Brandão Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Direito pelo Instituto Vianna Junior. Especialista em Direito Público e Direito Privado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Psicologia Jurídica pela Universidade Cândido Mendes - AVM. Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ e da Escola de Administração Judiciária do TJRJ. Professor especializado pela Escola Nacional de Formação de Magistrados (ENFAM) para a formação e treinamento de juízes. Link para o Lattes http://lattes.cnpq.br/7445809454494902</p>

Gustavo Martins de Almeida

Mestre e Doutor em Direito, Membro da Comissão de Direito Autoral OAB-RJ e Federal, Comissão Direito Digital IAB, Conselheiro MAMRIO, advogado Sindicato Nacional dos Editores de livros.

<http://lattes.cnpq.br/6859219720586330>

Cristina Tereza Gaulia

Doutora em Direito pela Universidade Veiga de Almeida. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá UNESA/RJ. Especialista em Gestão Judiciária. Desembargadora do TJRJ. Diretora Geral da EMERJJ. Presidente do Fórum Permanente de Direito Constitucional, Administrativo e de Políticas Públicas da EMERJ. Formação de Formadores e tutores pela ENFAM.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3708835098562132>

Sergio Vieira Branco Júnior

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro. Professor do doutorado em Direito da Universidade de Montreal. Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmec. Professor de direito civil e de propriedade intelectual da graduação e da pós-graduação da FGV Direito Rio (2006-2013). Especialista em propriedade intelectual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio. Pós-graduado em cinema documentário pela FGV. Advogado no Rio de Janeiro.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1052318679517461>

Rafael Lacaz Amaral

Advogado formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Especializações em Direito de Propriedade Intelectual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes. Atua nas áreas de consultoria e contencioso judicial em matéria de propriedade industrial e intelectual. Também ministra cursos sobre propriedade industrial e intelectual (EMERJ, PUC/RJ, FVG /RJ, ABAPI).

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5172318823156585>

Isabella Pimentel

Graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado em International Business and Trade Management e em Project Management, ambos pela Universidad Alcalá de Henares, Espanha. Atualmente está cursando o Mestrado em Inovação e Propriedade Intelectual pela Academia de Inovação e Propriedade Industrial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) do Brasil. Conselheira do Escritório do Brasil da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) desde 2017. Entre 2000 e 2017, ela atuou na Divisão para a América Latina e o Caribe e na Academia da OMPI, na sede em Genebra.

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2260245453678152>

	<p>Ana Helena da Silva Rodrigues Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994). Atualmente é juíza titular da 3ª vara de família de Belford Roxo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Programa "Pai Presente", do TJ/RJ desde o ano de 2015. Coordenadora do CEJUSC Belford Roxo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito de Família e Mediação de Conflitos. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/9814745859706823</p> <p>Rodrigo Rocha de Jesus Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, professor da Escola Superior de Administração Judiciária do Rio de Janeiro e professor da Universidade Estácio de Sá, no curso de Pós-graduação. Especialista em Direito Público. Mestre em Direitos Humanos, Justiça e Saúde pela Fiocruz. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/6794755314977879</p>
<p>DOCENTES CONTEUDISTAS</p>	<p>Gustavo Martins de Almeida Mestre e Doutor em Direito, Membro da Comissão de Direito Autoral OAB-RJ e Federal, Comissão Direito Digital IAB, Conselheiro MAMRIO, advogado Sindicato Nacional dos Editores de livros. http://lattes.cnpq.br/6859219720586330</p> <p>Sergio Vieira Branco Júnior Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro. Professor do doutorado em Direito da Universidade de Montreal. Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmec. Professor de direito civil e de propriedade intelectual da graduação e da pós-graduação da FGV Direito Rio (2006-2013). Especialista em propriedade intelectual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio. Pós-graduado em cinema documentário pela FGV. Advogado no Rio de Janeiro. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/1052318679517461</p> <p>Rafael Lacaz Amaral Advogado formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Especializações em Direito de Propriedade Intelectual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes. Atua nas áreas de consultoria e contencioso judicial em matéria de propriedade industrial e intelectual. Também ministra cursos sobre propriedade industrial e intelectual (EMERJ, PUC/RJ, FVG /RJ, ABAPI). Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/5172318823156585</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>Este curso é composto de 2 módulos. Em cada módulo haverá: vídeo aulas gravadas introdutórias aos temas, seguidas de encontros síncronos em formato de Roda de Conversa nos quais os conteúdos serão aprofundados e debatidos com os alunos; uma pasta de material com as leituras obrigatórias e complementares; um fórum de discussão e uma atividade avaliativa. No módulo 1 será utilizada a ferramenta ativa Mural Virtual e no módulo 2 haverá uma visita técnica ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.</p>

	<p>Os materiais e as atividades são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma participativa. Todas as atividades propostas valem nota conforme descrito no item “avaliação” deste plano de curso.</p> <p>Avaliação: (x) Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates (x) Questões formativas</p> <p>Ferramentas ativas: (x) Mural Virtual (x) Encontro síncrono (x) Atividade vivencial - Visita ao MAM RIO</p>
PROGRAMAÇÃO	
<p>AMBIENTAÇÃO Período: dias 22 e 23 de novembro Carga horária: 2 horas</p>	<p>Vídeo de apresentação do curso; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma.</p>
<p>Módulo 1 Período: de 24 a 03 de dezembro Carga horária: 8 horas</p>	<p>MERCADO EDITORIAL E ARTES VISUAIS Ementa: Mercado editorial; Domínio público; Artes visuais; Direito de sequência; Área de Música e Audiovisual</p> <p>Vídeo aula 1 - Tema: Introdução e Mercado editorial Conteúdo programático: Mercado editorial - antes limitado ao contrato de edição, hoje abrange ebooks, áudio books, acessibilidade, lei de inclusão, liberdade de expressão, biografias, lei do preço fixo, plágio. Domínio público. Docente: Gustavo Martins</p> <p>Vídeo aula 2 - Tema: Direito autoral nas Artes Visuais Conteúdo programático Atividade do artista, formas tradicionais de artes visuais, novas formas de obras artísticas e sua proteção. Holograma, obras efêmeras, obras perecidas, direito de numeração de esculturas, arte urbana. Direito de sequência. Museus, galerias, agentes, autenticidade obras, certificados, reprodução, herdeiros, leiloeiros, colaterais e garantias, seguros, transporte, exposição, colecionador, alfandega, mercado primário e secundário, <i>deaccessioning</i>, governança portabilidade do bem, dificuldade avaliação, desregulamentação de mercado, opacidade, roubos e investigações. Coleção como bem do casal, integridade da coleção, perícia, <i>freeport</i>, lavagem de dinheiro, economia da escassez, DNA); Docente: Gustavo Martins</p>

	<p>Vídeo aula 3 - Tema: Direito Autoras nas Áreas de Música e Audiovisual. Conteúdo programático: Contratos tradicionais. Streaming. Arrecadação. Contratos artistas e intérpretes. Execução pública, ECAD. Domínio público. Contratos de produção e exibição. Adaptações. Direito de artistas. Dublagem exclusividade. Docente: Sergio Branco.</p> <p>Encontro síncrono: dia 26/11, das 9h30 às 11h Roda de conversa sobre o tema do Mercado editorial Docente: Gustavo Martins Debatedora: Cristina Tereza Gaulia</p> <p>Encontro síncrono: dia 29/11, das 9h30 às 11h Roda de conversa sobre o tema do Direito Autoral nas Artes Visuais Docente: Gustavo Martins Debatedor: Rodrigo Rocha de Jesus</p> <p>Encontro síncrono: dia 03/12, das 9h30 às 11h Roda de conversa sobre o tema do Direito Autoral nas Áreas de Música e Audiovisual. Docentes: Gustavo Martins e Sergio Branco Debatedora: Ana Helena da Silva Rodrigues</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão). Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.</p> <p>Ferramenta ativa: Mural virtual</p>
<p>Módulo 2 Período: de 04 a 13 de dezembro Carga horária: 8 horas</p>	<p>PROPRIEDADE INDUSTRIAL Ementa: Propriedade industrial; NFT; Videogames; Metaverso</p> <p>Vídeo aula 1 - Tema: Questões de propriedade industrial e nome comercial Conteúdo programático: ações de infração de patentes, marcas e desenhos industriais; atos de concorrência desleal; tutela de urgência em ações de infração; perícia técnica em ações de infração. Docente: Rafael Lacaz</p> <p>Vídeo aula 2 - Tema: NFT e videogames. Metaverso Conteúdo programático: Novos conceitos. <i>Blockchain</i>. Questões comerciais e de direito do consumidor. Docente: Gustavo Martins</p>

	<p>Encontro síncrono: dia 06/12, das 9h30 às 11h Roda de conversa sobre o tema das Questões de propriedade industrial e nome comercial Docentes: Gustavo Martins e Rafael Lacaz</p> <p>Encontro síncrono: dia 10/12, das 9h30 às 11h Roda de conversa sobre o tema do NFT e videogames. Metaverso Docentes: Gustavo Martins e Isabella Pimentel</p> <p>Visita técnica ao Museu de Arte Moderno – dia 13/12, das 9h30 às 11h</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão). Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.</p>
<p>Módulo de Avaliação final Período: 14 e 15 de dezembro</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>Registro Reflexivo Avaliação de Reação Avaliação das aulas</p>
<p>Bibliografia</p>	<p>Chinellato, Silmara Juny de Abreu. Requisitos Fundamentais para a Proteção Autoral de Obras Literárias, Artísticas e Científicas. Peculiaridades das Obras de Artes Plásticas. in Direito da Arte, org. Gladston Mamede e outros, ed. Atlas, p. 295/319</p> <p>Rifkin, Jeremy. A era do acesso, A transição de Mercados Convencionais para Networks e o Nascimento de uma nova economia. Makron Books, capítulos 8 a 11.</p> <p>Francisco, Pedro Augusto P; Valente, Mariana Giorgetti. Da rádio ao streaming: ECAD, direito autoral e música no Brasil. FGV Direito. Link: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17034/Da%20r%c3%a1dio%20ao%20streaming.pdf?sequence=1&isAllowed=y</p> <p>Almeida, Gustavo Martins de. O Básico do Mercado de Arte. Link: https://www.academia.edu/34650568/O_B%C3%81SICO_DO_MERCADO_DE_ARTE</p>
<p>AValiação (Total 100 pontos)</p>	<p>Fórum de debates I, II e III – 15 pontos cada (45 pontos) Questões formativas I, II e III – 15 pontos cada (45 pontos) Mural virtual – 10 pontos</p>
<p>CERTIFICAÇÃO</p>	<p>Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
- AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
- FREQÜÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
- DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br

